

MEMÓRIA, ORALIDADE E ESPAÇO PRATICADO:

Inscrições afro-brasileiras em São Carlos-SP

Fabiana Oliveira Palmeira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | oliveirapfabiana@usp.br

Vitor Daniel Menck

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | vitor.menck@usp.br

Paulo César Castral

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | pcastral@usp.br

Joana D'Arc de Oliveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | joanadarcoliveira@usp.br

David Moreno Sperling

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | sperling@sc.usp.br

Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Resumo: Este trabalho insere-se nas discussões acerca das inscrições espaciais afro-brasileiras, que têm ganhado cada vez mais visibilidade na academia, ao trazerem à tona a agência dos povos negros no pós-abolição. A configuração dos territórios negros urbanos a partir do espaço praticado rompe com interpretações tradicionais da história e da arquitetura, evidenciando as contribuições desses sujeitos em diferentes campos do conhecimento. Em São Carlos, esse processo se apresenta de maneira multiescalar, articulando espaços domésticos e coletivos, como quintais familiares e clubes negros, cuja análise possibilita interpretações significativas acerca da produção de memória e da constituição de territórios e de seus entrelaçamentos. O reconhecimento desses espaços e práticas como patrimônio cultural aponta para a necessidade de ampliar os referenciais teóricos em arquitetura e cidade, reconhecendo as matrizes afro-brasileiras como um dos aspectos fundamentais na produção de espacialidades urbanas. Nesse sentido, a partir dos arquivos não-oficiais – mais especificamente, acervos familiares e de organizações coletivas – busca-se registros vivos de memória, fundamentais para desvelar camadas do espaço urbano e tensionar os limites das políticas de preservação hegemônicas. Esses materiais são mobilizados em diálogo com as entrevistas com seus detentores, nas quais a oralidade dá sentido ao arquivo, e com o Inventário Participativo, que opera como ferramenta coletiva de cruzamento entre narrativas orais e registros documentais. Tal perspectiva metodológica busca compreender como se constroem as espacialidades negras urbanas e seus significados simbólicos, tanto em práticas festivas quanto em formas de morar, circular e ocupar a cidade, revelando permanências, apagamentos e reinvenções. Assim, o artigo pretende traçar um panorama afrocêntrico acerca das formas de ocupação urbana e da produção de memória em São Carlos, enfatizando a potência da oralidade, dos acervos familiares e das práticas culturais afro-brasileiras como elementos estruturantes do patrimônio cultural e da compreensão da cidade.

Palavras-chave: Memória negra; Arquivos negros; Oralidade; Territórios negros; Patrimônio.

MEMORY, ORALITY, AND PRACTICED SPACE: AFRO-BRAZILIAN INSCRIPTIONS IN SÃO CARLOS-SP

Abstract: This paper is situated within the discussions on Afro-Brazilian spatial inscriptions, which is gaining increasingly visibility in academia by highlighting the agency of black peoples in the post-abolition period. The configuration of black urban territories through practiced space disrupts with traditional interpretations of history and architecture, showing the contributions of these subjects across different areas of knowledge. In São Carlos, this process presents itself in a multiscale manner, articulating domestic and collective spaces, such as family backyards and black clubs, whose analysis enables meaningful interpretations of memory production and the constitution of territories and their interconnections. The recognition of these spaces and practices as cultural heritage points to the need to expand theoretical references in architecture and city studies, acknowledging Afro-Brazilian matrices as one of the fundamental aspects in the production of urban spatialities. In this sense, through non-official archives – more specifically, family and collective organization collections – the research seeks living records of memory, essential to unveil layers of urban space and to challenge the limits of hegemonic preservation policies. These materials are mobilized in dialogue with interviews with their holders, in which orality gives meaning to the archive, and with the Participatory Inventory, which operates as a collective tool for crossing oral narratives and documentary records. This methodological perspective aims to understand how black urban spatialities and their symbolic meanings are constructed, both in festive practices and in ways of living, circulating, and occupying the city, revealing continuities, erasures, and reinventions. Thus, the article aims to outline an afro-centered perspective of forms of urban occupation and memory production in São Carlos, emphasizing the power of orality, family archives, and Afro-Brazilian cultural practices as structuring elements of cultural heritage and of the understanding of the city.

Keywords: Black memory; Black archives; Orality; Black territories; Heritage.

MEMORIA, ORALIDAD Y ESPACIO PRACTICADO: INSCRIPCIONES AFROBRASILEÑAS EN SÃO CARLOS-SP

Resumen: Este trabajo se inserta en las discusiones acerca de las inscripciones espaciales afrobrasileñas, que han ganado cada vez más visibilidad en la academia, al poner de relieve la agencia de los pueblos negros en el posabolición. La configuración de los territorios negros urbanos a partir del espacio practicado rompe con interpretaciones tradicionales de la historia y de la arquitectura, evidenciando las contribuciones de estos sujetos en diferentes campos del conocimiento. En São Carlos, este proceso se presenta de manera multiescalar, articulando espacios domésticos y colectivos, como patios familiares y clubes negros, cuyo análisis posibilita interpretaciones significativas acerca de la producción de memoria y la constitución de territorios y sus entrelazamientos. El reconocimiento de estos espacios y prácticas como patrimonio cultural apunta a la necesidad de ampliar los referentes teóricos en arquitectura y ciudad, reconociendo las matrices afrobrasileñas como uno de los aspectos fundamentales en la producción de espacialidades urbanas. En este sentido, a partir de archivos no oficiales –más específicamente, acervos familiares y de organizaciones colectivas– se buscan registros vivos de memoria, fundamentales para desvelar capas del espacio urbano y tensionar los límites de las políticas de preservación hegemónicas. Estos materiales se movilizan en diálogo con las entrevistas con sus detentores, en las cuales la oralidad da sentido al archivo, y con el Inventario Participativo, que opera como herramienta colectiva de cruce entre narrativas orales y registros documentales. Tal perspectiva metodológica busca comprender cómo se construyen las espacialidades negras urbanas y sus significados simbólicos, tanto en prácticas festivas como en formas de habitar, circular y ocupar la ciudad, revelando permanencias, borramientos y reinvenções. Así, el artículo pretende trazar un panorama afrocentrado acerca de las formas de ocupación urbana y de la producción de memoria en São Carlos, enfatizando la potencia de la oralidad, de los acervos familiares y de las prácticas culturales afrobrasileñas como elementos estructurantes del patrimonio cultural y de la comprensión de la ciudad.

Palabras clave: Memoria negra; Archivos negros; Oralidad; Territorios negros; Patrimonio.

1.INTRODUÇÃO

As territorialidades negras urbanas podem ser compreendidas como espacialidades produzidas na experiência cotidiana, articulando saberes e estratégias de resistência que ressignificam e ampliam a noção histórica de quilombo. Para Beatriz Nascimento (1985) e Alex Ratts (2011), o aquilombamento é uma estratégia fugitiva que se reinscreve continuamente no tempo-espaço, transformando locais de sociabilidade como quintais, clubes e escolas de samba em territórios negros que desafiam a lógica de segregação. Essa compreensão é fundamental, pois a formação do território brasileiro é atravessada por um projeto de construção nacional estruturado em violências físicas e simbólicas contra populações negras e indígenas. Como observa Milton Santos (2012), o valor social do indivíduo no Brasil é profundamente racializado por sua localização no espaço, fruto de políticas higienistas que, no pós-abolição, deslocaram essas populações para as periferias e áreas invisibilizadas (Chalhoub, 2004).

Em São Carlos, esse processo de exclusão refletiu a transição conservadora da economia escravista para o sistema de trabalho livre. Até a abolição, o município manteve forte dependência do trabalhador escravizado, e a emancipação ocorreu sem políticas de inserção social, preservando hierarquias raciais. No início do século XX, segundo Joana Oliveira (2018), a urbanização de São Carlos, ancorada em ideais de progresso e discursos científicos racializados, marginalizou a população negra enquanto privilegiava a imigração europeia. A ausência de medidas reparatórias consolidou a racialização do espaço urbano, empurrando os libertos para áreas rurais ou porções periféricas da cidade.

É nesse contexto que se conformam os chamados bairros negros, entendidos como áreas de existência e produção de formas de vida da população negra no meio urbano (Cunha Júnior; Bié, 2019; Ratts, 2011). Em São Carlos, bairros como Vila Nery, Vila Pureza e Vila Izabel emergem no pós-abolição como espaços marcados tanto pelas limitações impostas pelo racismo estrutural quanto pelas estratégias de permanência, organização comunitária e produção cultural elaboradas por seus moradores. Conforme aponta Ratts (2011, p. 3), esses “lugares negros” constituem respostas ativas aos “lugares de negro” produzidos pela segregação racial. A consolidação desses bairros não pode ser compreendida apenas como resultado da exclusão territorial, mas também como expressão da agência de sujeitos negros que negociaram com o poder público, articularam redes de solidariedade e reivindicaram melhorias urbanas, a exemplo da trajetória de João Francisco na Vila Izabel, liderança comunitária atuante

que contribuiu para a organização social e cultural do bairro onde sua família se estabeleceu desde o início do século XX.

Raquel Rolnik (1997) e Simoni Guedes (1998) chamam atenção para os agenciamentos sociais que compõem o campo da informalidade urbanística, destacando a ocupação de pátios, corredores e, especialmente, quintais como elementos estruturantes da vida urbana popular. Para Guedes, o quintal constitui um espaço estratégico de recomposição de vínculos familiares e comunitários, frequentemente organizado a partir do agrupamento de casas de parentes em um mesmo lote, expressão da continuidade dos laços de parentesco. Nos bairros negros, esses espaços assumem densidade ainda maior, operando como suportes fundamentais das práticas cotidianas, culturais e simbólicas da população negra no pós-abolição.

Diante das restrições impostas às manifestações culturais e religiosas negras no espaço público, o quintal assumiu papel decisivo como lugar de preservação e reinvenção dessas práticas. A repressão aos costumes negros deslocou para o âmbito doméstico atividades antes realizadas em outros espaços da cidade, fazendo do quintal um território negro urbano em escala doméstica e, simultaneamente, um arquivo vivo de saberes ancestrais e formas de sociabilidade. É nesse ambiente privado que se tornam acessíveis os arquivos familiares e as narrativas orais que estruturam esta pesquisa. Os quintais apresentados ao longo do trabalho de campo revelam essa centralidade: no bairro Vila Izabel, o quintal compartilhado da família Francisco funcionou, por décadas, como polo cultural da comunidade negra local, abrigando ensaios musicais, reuniões comunitárias e a produção coletiva do carnaval; já na Vila Nery, o quintal da família dos Santos sediou os primeiros batuques e ensaios vinculados à escola de samba associada ao Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio.

Se os quintais operam como territórios negros no âmbito doméstico, os clubes sociais negros constituem sua projeção coletiva e institucional no espaço urbano. Essas associações emergem, sobretudo no pós-abolição, em um contexto de exclusão da população negra dos espaços de sociabilidade da elite e dos clubes de imigrantes, configurando instâncias próprias de convivência, lazer, ajuda mútua e organização coletiva (Domingues, 2023). Como observa Clóvis Moura (2020), os clubes sociais negros integram um amplo repertório de resistência negra, funcionando como espaços de construção da cidadania, de fortalecimento de redes de solidariedade e de enfrentamento cotidiano ao racismo. No interior paulista, esses clubes estiveram frequentemente associados a redes profissionais e comunitárias específicas, como os ferroviários (Cunha Júnior, 1992). É o caso do Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio, fundado em 1928, em São Carlos-SP, por trabalhadores negros da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em resposta direta à exclusão da população negra dos clubes existentes na cidade. O Flor de Maio consolidou-se como espaço central de sociabilidade e organização da comunidade negra são-carlense, promovendo bailes,

eventos familiares, além de atividades educativas voltadas à valorização da educação e da organização coletiva (Aguiar, 1998). Ainda que nem sempre formulada como ação política explícita, a existência e permanência do Flor de Maio configuram, em si, uma prática contínua de resistência negra no espaço urbano.

Diante desse conjunto de espacialidades negras que se constituem nos bairros, se adensam nos quintais e se projetam nos clubes sociais, tornam-se evidentes os limites dos registros oficiais na apreensão dessas experiências urbanas. As políticas públicas de memória e os acervos institucionais, historicamente orientados por critérios monumentais, estatais e eurocentrados, revelam-se insuficientes para registrar práticas cotidianas, redes de sociabilidade e formas de agência negra que se estruturam, majoritariamente, no âmbito do privado, do comunitário e do vivido. É nesse hiato que se inscreve a necessidade de deslocar o olhar para os arquivos familiares, a oralidade e os procedimentos participativos como caminhos metodológicos capazes de acessar outras camadas da cidade e de sua história. Este trabalho propõe compreender os territórios negros urbanos a partir de seus próprios modos de inscrição, transmissão e atualização da memória, reconhecendo nesses procedimentos formas legítimas de construção histórica e patrimonial que tensionam as narrativas hegemônicas sobre a cidade.

2.ARQUIVOS FAMILIARES, ORALIDADE E MEMÓRIA

O pesquisador colombiano Armando Silva, em sua obra "Álbum de família: a imagem de nós mesmos" (2012, p. 132), aponta para o fato de os álbuns de fotografia serem, em geral, montados e contados por mulheres da casa. Certamente, há uma potência em investigar na companhia de famílias que exerceram destaque no cenário cultural negro em São Carlos e, mais ainda, de partir dos enquadramentos individuais das mulheres que tomaram para si o ofício de reunir estes arquivos em suas casas.

Tratamos os arquivos familiares, por natureza, como conjuntos feitos para circular entre os seus e, neste ato, serem remontados por quem os apresenta. É possível discutir através e além dessa remontagem com as imagens e o que sua materialidade pode nos dizer sobre a vida social e privada, relações, intenções, aspirações, projeções e escolhas que compreendemos como informações históricas para, então, falarmos da cidade. Desconfinar estes arquivos, em contraposição à perspectiva unilinear e outras lógicas de inteligibilidade, clamam por outros suportes que esgueiram o registro propriamente escrito, e daí a importância do encontro e da escuta atenta.

Julia Francisco e Odila dos Santos – Julinha e Tia Odila, como nos permitem afetuosamente chamá-las – são, cada uma à sua maneira, preciosas referências em seus núcleos de afiliação. São mulheres negras, filhas de pais negros, criadas pelas famílias nos bairros que a historiografia local e o contato com demais famílias identificam como os primeiros bairros e redutos negros da cidade. Têm explícita relação com os diferentes marcadores sociais, e uma posição muito clara em relação à esfera

pública e suas restrições. Consideramos um aspecto biográfico relevante de ambas, e também da geração que fazem parte, a participação em associações e clubes negros – notadamente, o Grêmio Recreativo Familiar “Flor de Maio” e a Sociedade Recreativa “Aliança”. Tratavam-se – o clube, o carnaval e um conjunto mais amplo da vida social negra – de oportunidades de engajamento político e cultural que, numa cidade que regulava o pertencimento e o não-pertencimento, foram duramente combatidos pela polícia e pela sociedade civil.

Compartilhamos aqui de preciosas questões levantadas pela teórica Tina Campt (2020), que se dedica à análise de como a fotografia, ainda que tenha desempenhado um duplo papel na representação da história das comunidades afrodescendentes na patologização de sua história, passa também a ocupar um papel crítico nas produções familiares ao oferecer aos indivíduos negros um meio para criar uma visão de si e de como gostariam de ser vistos, que muito nos interessa. O que podemos pensar a partir de Campt, e junto com o filósofo camaronês Achille Mbembe (2008), é que as famílias compõem uma narrativa de pertencimento a partir de fragmentos, em um contexto urbano que narra suas subjetividades a partir da violência. Tomando como referência a ideia de liberdade enquanto a plena habitação deste mundo, na aceitação de suas contradições, a circulação das imagens entre seus descendentes garante a continuidade dessa lógica composicional, ensinando às novas gerações um posicionamento denso e crítico com o passado e, ao mesmo tempo, a habitar o arquivo e o mundo de forma criativa.

6

Julia Scintila Francisco Nascimento nasceu em novembro de 1938, em São Carlos. Filha de pai negro, de nome João Francisco, e mãe branca, de nome Maria Scintila Francisco, foi criada no berço da cena carnavalesca são-carlense. Ao todo, do arquivo que nos foi confidenciado por Julia, reunimos para a digitalização uma coleção de 105 fotografias que documentam o carnaval e diversos eventos culturais promovidos por João Francisco entre as décadas de 1940 e 1980.

As imagens, que variam entre instantâneos e retratos de estúdio em tom sépia, incluem: registros de festas religiosas, peças teatrais, bailes no Aliança e no Flor de Maio, apresentações de seu grupo musical, comícios políticos e retratos de frequentadores desses eventos, e fotos de reuniões familiares na casa em que cresceu. Foram também apresentados 33 documentos vinculados à organização desses eventos, com datas entre 1955 e 1988, abrangendo contratos com clubes da cidade, convites para eventos em outras cidades e materiais relativos às organizações culturais coordenadas por João Francisco. O pai, líder comunitário nato, foi presidente da Sociedade Amigos do Bairro de Vila Izabel e da Associação Folclórica e Recreativa de Vila Izabel, assumindo a direção da Escola de Samba da Vila Izabel.

Odila dos Santos de Aguiar nasceu em janeiro de 1934, em São Carlos. Filha do casal negro Nair Baltazar dos Santos e José Estevam dos Santos, que além de Odila

tiveram outros quatro filhos: Odette, Paulo Sérgio, Oradir e Ondina. A trajetória de Odila está profundamente vinculada ao bairro Vila Nery, onde sempre residiu e onde se estruturam importantes redes de sociabilidade negra no município. Sua família esteve diretamente envolvida na fundação do Clube Social negro “Flor de Maio”, tendo o espaço doméstico – especialmente seu quintal – como núcleo comunitário inicial das articulações que dariam origem à agremiação. Foi nesse contexto que se organizaram os primeiros cordões carnavalescos que, posteriormente, no interior do clube, se constituíram como escola de samba, sob a liderança de Odette, irmã de Odila.

O acervo sob a guarda de Odila (figura 1), que nos concedeu acesso para digitalização, é composto por 76 fotografias, além de outros documentos, com destaque para recortes de jornais locais que noticiam eventos promovidos pelo Flor de Maio. O conjunto iconográfico está diretamente relacionado à história do clube e à sua inserção no carnaval de rua são-carlense, documentando tanto os bailes realizados em seu interior quanto o cortejo carnavalesco na Avenida São Carlos, principal eixo urbano da cidade. Entre as imagens, destacam-se ainda registros do Baile da Rainha da Beleza Negra, também sediado no Flor de Maio e no qual Odila figura como princesa, e do casamento de Odila com seu marido, Silvio, cuja festa ocorreu no próprio clube, reforçando seu papel como espaço central da vida social e familiar da comunidade negra local.

Nas entrevistas com Julia e Odila, a cidade nos foi apresentada pelos vestígios que buscou soterrar, e que ganham primordialidade, sobretudo, em seus arquivos familiares. O que podemos pensar com essas mulheres é que as fotos de família, formas mais ordinárias da fotografia histórica, abrigam a tarefa política que esses indivíduos tomaram para si de criação e expressão de identidade e comunidade no pós-abolição, não contemplada em acervos institucionais. A elaboração desse arquivo se aproxima da materialização de como eles aspiravam ser enquanto indivíduos e enquanto coletivo: como desejavam ser vistos, o que desejavam retratar e representar. Ainda que contenham imagens de membros familiares, de camaradas, atividades laborais e recreativas nos espaços públicos e privados, são registros com enunciações particulares e evidentes da vida negra na cidade.

Figura 1:



Tia Odila narrando seu acervo pessoal. Em suas mãos e na mesa, fotos do carnaval.
Fonte: os autores.

As entrevistas oportunizaram uma prática de escuta e diálogo ativadora de memórias, narrativas e afetos. Com Julia Francisco, o contato com o arquivo da família foi um processo longo e tático. Embora não tivesse uma meticulosa organização dos dados de cada fotografia, sentou-se conosco para nos oferecer informações sobre datas, locais e contexto às imagens, de modo a facilitar nossa tentativa de percorrer seus passos, caminhos e questionamentos. Enquanto no primeiro encontro se dispôs a colocar à mesa com antecedência um envelope com suas fotos, no segundo deparamo-nos com suas idas e vindas do quarto de onde trazia outras pastas e cadernos do pai, João Francisco, quando julgou oportuno apresentar-nos a eles. As fotos de Julia haviam sido reunidas no esforço de incluir sua trajetória como cantora na documentação mais ampla do carnaval em São Carlos e do legado do pai.

No caso de Odila, a pesquisa incluiu a possibilidade de convidá-la a revisitar o Clube Flor de Maio, espaço que ajudou a construir, mas que não frequentava há algum tempo. Essa experiência ocorreu em duas ocasiões: durante a dinâmica do Inventário Participativo, que será abordada mais adiante, e em uma visita guiada ao arquivo e às

dependências do clube, conduzida pela então presidenta Adriana Silva. Em ambas, a relação entre memória e espaço tornou-se particularmente evidente, uma vez que, ao circular pelos diferentes ambientes, Odila pôde rememorar e narrar suas experiências associadas a cada setor do clube, entrelaçando suas vivências pessoais à história da instituição. Emergiram narrativas sobre as bandas que animavam os bailes no salão, a disposição das mesas e os frequentadores que as ocupavam e as reformas que, ao longo do tempo, alteraram a configuração espacial do edifício. Especialmente significativo foi seu reencontro com troféus do carnaval e um antigo estandarte da escola de samba liderada por sua irmã Odette, na qual Odila desfilou por muitos anos.

Das experiências com Julinha e Tia Odila, entendemos que o testemunho oral é o ponto de partida para pôr em ação os repertórios arquivísticos, ao folhear um álbum, acessar arquivos soltos, estabelecer pontos de contato com a oralidade, destacar eventos e figuras, ativar sua mutabilidade e fabular neste diálogo. De fato, as performances oral e corporal se fazem significativas nas filosofias afro-atlânticas, e a importância atribuída à cadeia de transmissão como principal veículo de manutenção contrapõe-se, especialmente, às percepções coloniais de arquivo e memória. Segundo Hampate Bâ (1979), no partilhamento de heranças pela socialização cotidiana entre esses indivíduos, a palavra desempenha plenamente seu papel nas vivências e referência aos antepassados, fazendo com que os ofícios humanos também detenham um caráter sacramental, tanto em sua cristalização nesses repertórios como também pela possibilidade de reedição potencializada pelo lugar físico, propriamente, ou pelas práticas que constroem espaços.

Seus arquivos familiares, como parte de um conjunto maior, são o impulso documental da família de fornecer visualidades das relações de orgulho, afiliação e pertencimento entre aqueles que estão retratados em momentos de lazer e sociabilidade. Concordamos com Tina Campt (2020) que é o cotidiano o principal espaço fugitivo, onde as possibilidades de vida e de futuro são determinadas e ordenadas. Falar do cotidiano é, fundamentalmente, falar de formas enraizadas de assentamento e pertencimento nos espaços públicos que se aproximam, em maior ou menor medida, à intimidade do lar. É tanto nossa quanto também de Campt e de Mbembe (2008) a aposta de que algo significativo é inscrito pelas práticas domésticas e, em maior ou menor escala, reverbera no coletivo.

3. VARAL DE MEMÓRIAS NO FLOR DE MAIO

A compreensão contemporânea de patrimônio cultural pressupõe o papel ativo das comunidades na produção de sentidos e na reivindicação de pertencimento. Ao contrário das abordagens centradas na materialidade, o reconhecimento do patrimônio imaterial desloca o foco para os processos e saberes que sustentam as práticas sociais, entendendo que o valor reside nas relações simbólicas que possibilitam sua ressignificação ao longo do tempo. Essa perspectiva tensiona diretamente o chamado

“Discurso Autorizado do Patrimônio” (AHD), que Smith (2011) define como uma narrativa hegemônica e eurocentrada que privilegia valores monumentais e estéticos. Conforme observa Scifoni (2022), essa hegemonia institucionalizada por órgãos internacionais acaba por marginalizar memórias de grupos subalternizados ao ditar quem possui legitimidade para interpretar o passado.

Para enfrentar essa lógica, Fonseca (2001) propõe o conceito de “referências culturais”, argumentando que os bens não possuem valor intrínseco, mas significados atribuídos pelos sujeitos que os vivenciam. Descolonizar o campo patrimonial implica, portanto, reconhecer o patrimônio nas práticas cotidianas, nos rituais e nos espaços vividos, tratando a memória como um campo de disputa simbólica. É nesse contexto que o Inventário Participativo se consolida como uma metodologia que transforma o inventário de um procedimento técnico em uma prática social (Florêncio, 2016) fundamentada na oralidade. Sob essa perspectiva, o Inventário Participativo opera simultaneamente como instrumento de Educação Patrimonial e como ação política, se configurando além de uma forma de levantar informações para um processo formativo e mobilizador, capaz de estimular o protagonismo comunitário e revelar a densidade simbólica do cotidiano, frequentemente invisibilizada pelos discursos oficiais. Em nossa pesquisa, essa dimensão cotidiana manifesta-se nos quintais, nas ruas e nos clubes sociais através das práticas culturais negras que permanecem ativas, embora pouco reconhecidas institucionalmente.

10

A experiência do Inventário Participativo do carnaval da Vila Izabel constitui um recorte específico do patrimônio cultural afro-brasileiro em São Carlos, que nos permitiu aprofundar a análise sobre práticas festivas negras a partir de um território historicamente marcado pela presença e pela agência da população negra. As informações inicialmente coletadas por meio de entrevistas individuais foram posteriormente aprofundadas em uma dinâmica coletiva realizada no espaço simbólico do Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio. Participaram dessa atividade Julia Francisco e Odila Aguiar, cuja experiência foi destacada neste artigo, Carlos Eduardo Santa Maria, cuja agência atravessou as escolas de samba inventariadas, e Adriana Silva, então presidenta do clube. A escolha do Flor de Maio como local da oficina não foi casual, mas parte integrante da metodologia, uma vez que o espaço concentra memórias, afetos e experiências diretamente relacionadas ao carnaval negro são-carlense.

A oficina seguiu os princípios dos inventários participativos, com adaptações à proposta do IPHAN de modo a responder às especificidades do grupo e do tema abordado. Foram apresentadas as cinco categorias tradicionalmente utilizadas: Lugares, Objetos, Saberes, Formas de Expressão e Celebrações, sendo esta última substituída por Eventos, adaptação que decorreu do entendimento de que o carnaval, enquanto celebração, é composto por uma multiplicidade de eventos articulados entre si, como ensaios, desfiles, bailes, reuniões organizativas e práticas cotidianas que

antecedem e prolongam o período carnavalesco. Inspirada em experiências anteriores de inventários participativos, a dinâmica utilizou uma mandala organizada em um painel vertical, com as categorias dispostas de forma visível. Os participantes se sentaram em roda ao redor do painel, e à medida que as referências culturais eram evocadas, estas eram registradas em cartões e penduradas na mandala, formando um “varal” para cada categoria (figura 2). Essa solução buscou garantir conforto físico, visualização coletiva das informações e, sobretudo, estimular o diálogo contínuo entre os participantes e entre comunidade e pesquisadores. O momento de troca oral mostrou-se central para a dinâmica, permitindo que memórias individuais fossem acionadas, complementadas e, por vezes, reconfiguradas no diálogo coletivo.

Figura 2:



Oficina do Inventário Participativo. Tia Odila e Julinha em destaque, varal de memórias e foto do carnaval ao fundo.
Fonte: os autores.

Ao final da oficina, as referências levantadas foram validadas pelo grupo, reforçando o caráter coletivo do reconhecimento patrimonial. Posteriormente, esse material foi sistematizado em fichas de inventário, contendo identificação, descrição, localização, registros fotográficos, bibliografia quando pertinente e indicação dos depoentes. Importa ressaltar que esse processo não se encerra nessa etapa: o inventário encontra-se em construção permanente. A atividade descrita corresponde a

uma primeira aproximação coletiva em torno do carnaval, e novos encontros estão previstos, tanto para aprofundar as referências já identificadas quanto para incorporar outras figuras fundamentais da experiência carnavalesca negra em São Carlos. Além disso, pretende-se ampliar o escopo do inventário para outras festividades negras mencionadas nas aproximações iniciais, como bailes e eventos realizados nos clubes sociais negros, bem como festas familiares, de vizinhança e comunitárias ocorridas nos quintais negros urbanos. Essa ampliação reforça a compreensão do carnaval como parte de uma rede mais ampla de práticas festivas e sociabilidades negras, e não como manifestação isolada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração dos territórios negros urbanos articulada entre o espaço doméstico dos quintais e o espaço comunitário dos clubes sociais rompe com interpretações tradicionais da história da arquitetura. Este trabalho buscou oferecer lentes de leitura para o debate acerca da agência negra no pós-abolição, convocando fontes documentais variadas a partir de relatos orais e arquivos familiares, que carregam vestígios de como esses indivíduos têm disputado o direito à memória e à ocupação da cidade, ao mesmo tempo em que agenciam maneiras próprias de lembrar e narrar o passado, e que não costuma figurar nas políticas de preservação hegemônicas.

A memória coletiva, entendida como construção social ancorada em experiências compartilhadas, encontra na oralidade um de seus principais modos de produção, transmissão e atualização. Uma plêiade de conhecimentos foi restituída e repassada por vias outras que não as figuradas pela escrita grafocêntrica, tensionando diretamente a lógica arquivística moderna, marcada pela compulsão à categorização e classificação como *modus operandi* da ciência. Ao desvelar os arquivos familiares de Julinha e Tia Odila, é notável como o testemunho oral e tátil dá sentido ao registro, sendo interlocutor de tensões, negociações e agências assumidas a partir de memórias, técnicas, fazeres e saberes que produziram a cidade.

Ao ser reconhecida como prática epistemológica, a oralidade contribui para uma redefinição do conceito de patrimônio cultural. Em vez de uma lógica centrada na fixação e na monumentalização, o patrimônio passa a ser compreendido como processo dinâmico, no qual memórias, saberes e experiências se materializam em práticas vivas, performativas e em constante transformação. Essa perspectiva desloca o foco do objeto para a experiência, ressaltando a centralidade dos sujeitos e de suas narrativas na produção da memória e da cidade. Assim, as práticas investigativas junto aos arquivos familiares e a dinâmica do “varal de memórias” realizadas no Flor de Maio, demonstraram ser instrumentos potentes para enfrentar as fragilidades dos métodos convencionais de investigação. Entendendo que tais práticas fazem parte de um processo permanente, buscamos lançar reflexões sobre como as matrizes afro-

brasileiras devem ser incorporadas como referenciais teóricos fundamentais na compreensão das espacialidades urbanas.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos às agências de fomento pelo apoio financeiro às pesquisas de Mestrado desenvolvidas pelos autores: "Arqueologia do chão: memória e montagem em arquivos familiares afro-atlânticos", desenvolvida por Fabiana Oliveira Palmeira, com orientação do Prof. Dr. David Sperling e coorientação da Profa. Dra. Joana D'Arc de Oliveira, fomentada pela Fapesp (proc. nº 2024/08060-7) e; "Inventariando batuques e memórias: festividades negras em São Carlos-SP (1928-1970)", desenvolvida por Vitor Daniel Menck, com orientação do Prof. Dr. Paulo César Castral e coorientação da Profa. Dra. Joana D'Arc de Oliveira, fomentada pela Capes (proc. nº 88887.229124/2025-00). Registramos também nosso agradecimento ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde as pesquisas são desenvolvidas, pelo suporte institucional. Agradecemos aos professores orientadores, cujas contribuições e acompanhamento foram fundamentais para a realização deste trabalho.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. **As organizações negras em São Carlos**: política e identidade cultural. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

AGUIAR, Odila dos Santos de. **Entrevista** cedida a Vitor Daniel Menck, São Carlos, 07 out. 2025.

BÂ, Amadou Hampâté. A palavra, memória viva da África. **O correio da Unesco**, n. 10-11, 1979.

CAMPT, Tina. **Image matters**: Archive, photography, and the African diaspora in Europe. Duke University Press, 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Edicon, 1992.

CUNHA JUNIOR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreira; et al (org.). **Bairros negros, cidades negras**. Fortaleza: Editora Via Dourada, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, 2023, p. 1-23.

FLORENCIO, Sônia Rampim. **Educação Patrimonial: inventários participativos**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN/MinC/DID, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN (Org.) **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN/MinC/DID, 2000.

GUEDES, Simoni. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. **Caderno CRH**, n.29, p. 189-208, 1998.

MBEMBE, Achille; GOLDBERG, David. The Reason of Unreason. **Theory, Culture and Society**, v. 3. 2008.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Editora Perspectiva SA, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora: **Revista do mundo negro**, ano 3, n. 6 e 7. Ipeafro, 1985.

NASCIMENTO, Julia Scintila Francisco. **Entrevista** cedida a Fabiana Oliveira Palmeira e Vitor Daniel Menck, São Carlos, 15 fev. 2025a.

NASCIMENTO, Julia Scintila Francisco. **Entrevista** cedida a Fabiana Oliveira Palmeira e Vitor Daniel Menck, São Carlos, 22 fev. 2025b.

OLIVEIRA, Joana D'Arc de. **Da senzala para onde**: negros e negras no pós-abolição em São Carlos (1880-1910). São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2018.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: **XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. Ondina: 2011.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? **Educação & Sociedade**, v. 43, e255310, 2022.

SILVA, Armando. **Álbum de familia**: la imagen de nosotros mismos. Medellín: Sello Editorial de la Universidad de Medellín, 2012.

SMITH, Laurajane. El "espejo patrimonial": ¿ilusión narcisista o reflexiones múltiples? **Antípoda: Revista Antropología y Arqueología**, Bogotá, n.12, p.39-63, 2011.